

OS ESTIGMAS ASSOCIADOS À HANSENÍASE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ana Livia Oliveira – al3162699@gmail.com

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário UNIFG – Campus Guanambi;

Clara Beatriz Santos Coimbra Figueiredo – Acadêmica do curso de Medicina do
Centro Universitário UNIFG – Campus Guanambi;

Joyce de Souza Miranda – Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário
UNIFG – Campus Guanambi;

Juliana Melo Fernandes –

Acadêmica do curso de Medicina do Centro Universitário UNIFG – Campus Guanambi;

Jessica Viana Gusmão - Especialista em Saúde Coletiva. Docente de
Fisioterapia UniFG;

Tarcísio Viana Cardoso (Fisioterapeuta. Mestre em Saúde Coletiva pela UEFS.
Docente do curso de Medicina do Centro Universitário UNIFG – Campus Guanambi).

RESUMO

Objetivo: Analisar as evidências científicas sobre os estigmas associados à hanseníase no Brasil contemporâneo e suas repercussões no diagnóstico, tratamento e qualidade de vida. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases PubMed, BVS e CAPES, com descritores “hanseníase”, “estigma” e “Brasil”. Foram incluídos artigos originais, revisados por pares, publicados entre 2020 e 2025, que abordassem diretamente os estigmas associados à hanseníase. **Resultados:** A revisão aponta que o estigma social permanece como importante barreira ao diagnóstico precoce, à adesão ao tratamento e à reintegração social de pessoas com hanseníase. **Conclusão:** O enfrentamento da hanseníase no Brasil demanda ações intersetoriais que integrem políticas públicas, educação em saúde e promoção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Hanseníase, Estigma, Brasil.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a “lepra” foi ligada a ideias de impureza e punição divina, levando ao isolamento e à exclusão social dos doentes. Esse estigma persistiu mesmo após os avanços terapêuticos. A adoção do termo “Doença de Hansen” busca romper com esse passado discriminatório e promover uma visão mais ética e humanizada do cuidado (BORENSTEIN, 2008).

A doença afeta, prioritariamente, a pele e os nervos periféricos, podendo gerar diminuição da sensibilidade térmica, dolorosa e tátil. As manifestações clínicas geralmente envolvem lesões cutâneas únicas, bem delimitadas, com coloração esbranquiçada, avermelhada ou amarronzada (BRASIL, 2022).

Ademais, os pacientes enfrentam intenso sofrimento emocional e social, conforme Camaliente et al. (2022). O estigma permanece como um dos maiores obstáculos para o enfrentamento da hanseníase, perpetuando exclusão, preconceito e discriminação. Essa estigmatização compromete não apenas a busca por diagnóstico e tratamento, mas também o suporte social e emocional por parte de familiares, amigos e da própria comunidade (OMS, 2005).

Diante disso, é fundamental reafirmar os princípios éticos e de justiça social no cuidado em saúde. O artigo propõe uma análise crítica dos estigmas que cercam a hanseníase e da eficácia das políticas públicas, defendendo um compromisso coletivo e humanizado para combater o preconceito, ampliar o diagnóstico precoce e garantir equidade no atendimento aos pacientes.

METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo é analisar os estigmas associados à hanseníase no contexto do Brasil contemporâneo. Para a condução da revisão, seguiu-se o protocolo de seis etapas proposto por Souza e colaboradores (SOUZA et al., 2024).

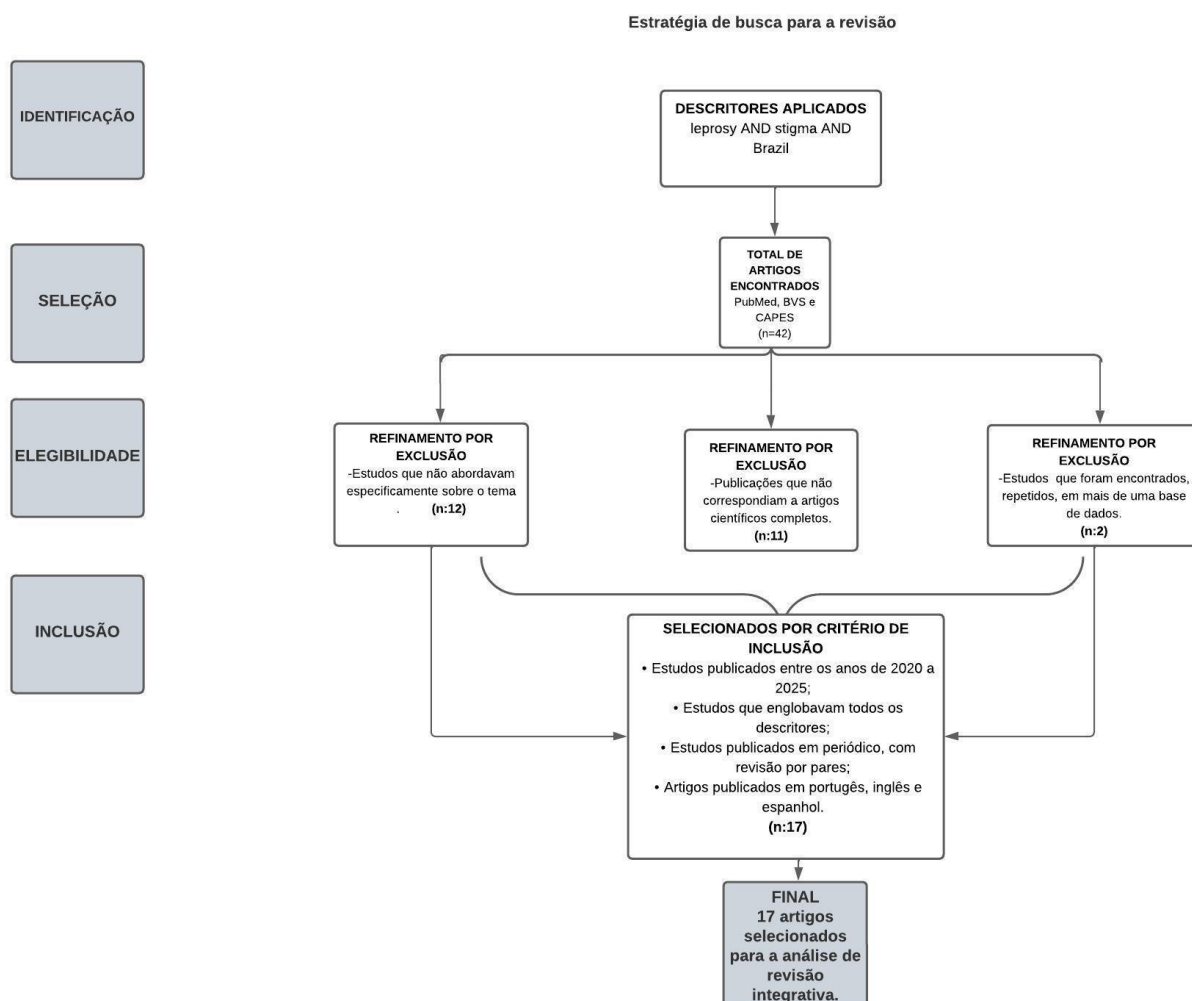
A estratégia de busca foi aplicada nas bases de dados CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed, utilizando descritores relacionados ao tema, em português,

inglês e espanhol. Os termos de busca incluíram combinações como: "hanseníase", "estigma" e "Brasil".

Foram encontrados 44 artigos ao todo. Após aplicação dos critérios de elegibilidade, selecionou-se 22 artigos. Considerando a contemporaneidade, tais estudos, obrigatoriamente, deveriam ser publicados em periódicos revisados por pares nos anos de 2020 a 2025, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, bem como abordassem diretamente aspectos relacionados ao estigma da hanseníase. Dos artigos encontrados, excluiu-se estudos que não abordaram diretamente a temática e que não eram artigos originais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 1- Fluxograma de seleção dos artigos e resultados.



Fonte: Oliveira AL, et al., 2025.

Apesar dos diversos avanços científicos, incluindo a identificação do *Mycobacterium leprae* e o desenvolvimento de terapias eficazes, persistem concepções históricas equivocadas sobre a hanseníase, como a crença em sua natureza hereditária ou em um suposto caráter punitivo, herdado da ideia de lepra bíblica. Interpretações dessa natureza alimentam o estigma e favorecem a discriminação, resultando na exclusão social das pessoas acometidas por tal doença. Tal exclusão compromete profundamente a construção da identidade pessoal, promove a invisibilidade social, reduz o acesso ao cuidado e implica em violações de direitos humanos, perpetuando um ciclo de pobreza, marginalização e prejuízo à qualidade de vida (LEVANTEZI et al., 2020).

Segundo Levantezi et al. (2020), o estigma associado à hanseníase acarreta impactos significativos, tornando as interações sociais mais restritas e desconfortáveis, além de comprometer a qualidade de vida dos indivíduos acometidos. Tais efeitos contribuem para a exclusão social e econômica. Assim, a estigmatização intensifica a vulnerabilidade de indivíduos e grupos, refletindo-se negativamente tanto na saúde quanto na forma como esses sujeitos são percebidos socialmente.

Conforme Batista (2022) e Deps (2020) et al. o estigma permanece como um dos principais entraves tanto para o diagnóstico precoce quanto para a adesão ao tratamento da hanseníase. Diversas iniciativas têm sido implementadas com o objetivo de mitigar esse estigma, inclusive por meio da substituição de termos historicamente carregados de preconceito, como 'lepra', por 'hanseníase'.

Nesse sentido, uma revisão de escopo, com análise de 29 trabalhos, a qual relacionava hanseníase e vulnerabilidades, demonstrou que há uma correlação significativa entre as formas clínicas mais graves, como a dimorfa e a virchowiana, e o desenvolvimento de incapacidades físicas, o que reforça a importância de uma abordagem assistencial ampliada e contínua (JESUS et al., 2023).

Mesmo sendo uma doença de notificação compulsória no Brasil, a hanseníase ainda é frequentemente subdiagnosticada. Muitos pacientes só reconhecem os sintomas em fases avançadas. Esse atraso no diagnóstico pode ser atribuído tanto ao desconhecimento da população quanto à dificuldade de reconhecimento clínico por parte de profissionais de saúde (SANTOS et al., 2024).

De acordo com Morgado (2020) e Martos-Casado (2022) et al. muitas pessoas com hanseníase enfrentam estigmas suficientemente capazes de afetar o próprio bem-estar social e psicológico. Isso se dá, pois, na sociedade atual, é comum que essa doença seja vista com olhares negativos os quais, muitas vezes, impõem culpa, exclusão e punições aos indivíduos acometidos pela doença, o que, por conseguinte permite que

tais pessoas desenvolvam sentimentos de medo, culpa, aversão, ansiedade, desespero, raiva e negação frente à patologia.

Consoante Barcelos et al. (2021) a avaliação da hanseníase deve considerar não apenas fatores patológicos, mas também fatores biopsicossociais, sendo esses relacionados, principalmente, às condições socioeconômicas, psicológicas e culturais de um determinado indivíduo. Sobre isso, tais fatores, em conjunto, são capazes de determinar meios que possibilitem a evolução ou a piora do quadro hansenico, fatores determinantes para uma maior qualidade de vida de um indivíduo com a doença.

Logo, a revisão apontou que o Brasil possui o maior conjunto de estudos publicados em referências concretas para o tratamento da hanseníase, confirmando a hiperendemicidade da doença no país e o investimento para o tratamento dessa. Contudo, apesar disso, é possível perceber um contraste quanto ao acesso aos tratamentos contra a hanseníase pela população em geral acometida, haja vista a discrepância populacional em relação à capacidade de acessar esses serviços, seja por questões sociais, econômicas ou demográficas (BARCELOS et al., 2021).

CONCLUSÃO

A hanseníase continua marcada por forte estigma social, o que dificulta o diagnóstico precoce, o tratamento e a reintegração dos pacientes, mesmo com os avanços médicos e políticas públicas existentes. O problema vai além do campo da saúde, exigindo uma resposta multidisciplinar que inclua educação, combate à desinformação e promoção dos direitos humanos. Para enfrentar a doença de forma efetiva, é necessário fortalecer políticas públicas integradas e baseadas em evidências, com foco na equidade, informação e qualificação profissional, de modo a eliminar preconceitos e melhorar o cuidado integral às pessoas afetadas.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da hanseníase* [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Declaração universal sobre bioética e direitos humanos* [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

SOUZA, G. C. et al. Experiences of social stigma of people living with Hansen's disease in Brazil: silencing, secrets and exclusion. *International Health*, v. 16, supl. 1, p. i60–i67, 2024.

BATISTA, S. O.; SANTOS, A. C. M.; RIBEIRO, L. L.; BANDEIRA, F. L. C.; RODRIGUES, A. L. M.; MONTEIRO, L. D. Estigma da hanseníase por agentes comunitários de saúde: fatores associados. *Hansenologia Internationalis*, v. 47, p. 1–17, 2022. doi: 10.47878/hi.2022.v47.37913.

LEVANTEZI, M. et al. Hanseníase: estigma e exclusão social. *Revista Bioética*, v. 28, n. 1, p. 162–169, jan./mar. 2020. doi: 10.1590/1983-80422020281362.

DEPS, P.; CRUZ, A. et al. Why we should stop using the word leprosy. *The Lancet Infectious Diseases*, v. 20, n. 4, p. e75–e78, abr. 2020. doi: 10.1016/S1473-3099(20)30061-X.

JESUS, I. L. R.; MONTAGNER, M. I.; MONTAGNER, M. Â.; ALVES, S. M. C.; DELDUQUE, M. C. Hanseníase e vulnerabilidade: uma revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 1, jan. 2023.

SANTOS, G. M. C.; BYRNE, R. L.; CUBAS-ATIENZAR, A. I.; SANTOS, V. S. Factors associated with delayed diagnosis of leprosy in an endemic area in Northeastern Brazil: a cross-sectional study. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, n. 1, e00113123, 2024. doi: 10.1590/0102-311XEN113123.

FROTA DA ROCHA MORGADO, F.; KOPP XAVIER DA SILVEIRA, E. M.; PINHEIRO RODRIGUES DO NASCIMENTO, L.; SALES, A. M.; DA COSTA NERY, J. A. et al. Psychometric assessment of the EMIC Stigma Scale for Brazilians affected by leprosy. *PLoS One*, v. 15, n. 9, e0239186, 2020. doi: 10.1371/journal.pone.0239186.

MARTOS-CASADO, G.; VIVES-CASES, C.; GIL-GONZÁLEZ, D. Community intervention programmes with people affected by leprosy: listening to the voice of professionals. *PLoS Neglected Tropical Diseases*, v. 16, n. 3, e0010335, 2022. doi: 10.1371/journal.pntd.0010335.

FOMENTO: Projeto vinculado ao programa Pró-Ciência do Ecossistema Ânima, sem fins lucrativos.